Carta aberta à comunidade escolar

Prezadas e prezados responsáveis, prezada e querida comunidade escolar,

O corpo docente e as pessoas que trabalham na educação da rede municipal de Maricá foram surpreendidos, no final do mês de maio, com a notícia de que a Secretaria de Educação e a Prefeitura planejavam retomar as atividades escolares presenciais, em modalidade híbrida, a partir do dia 7 de junho. Graças à luta da comunidade escolar e dos profissionais de educação do município contra o retorno presencial sem vacinas, essa data inicial acabou não se realizando, e a prefeitura criou um calendário de vacinação dos docentes de Maricá. No entanto, a ameaça do retorno presencial continua pairando constantemente sobre nossa realidade, inclusive antes de uma segunda dose ou de uma imunização mais ampla da comunidade escolar.

Sabemos que este é um período de incertezas e tensões, e que esses mesmos sentimentos, quando não são aberta e coletivamente discutidos, podem dar lugar também a desconfianças e suspeitas. Por isso, nós, da Comissão pela Vida da Escola Municipal Clério Boechat de Oliveira, dirigimos esta carta a todas e todos vocês, a toda a comunidade escolar, para que possamos explicar os motivos que nos levam a ser contra esse retorno presencial.

Como sabemos, desde março do ano passado, quando a pandemia do novo coronavírus explodiu no mundo e passou a atingir também o Brasil, a educação presencial tornou-se inviável e perigosa para as pessoas envolvidas. As salas de aula são pequenas e com ventilação limitada, as escolas recebem cada vez mais matrículas, os espaços são estreitos e a aglomeração se tornaria inevitável. Somos, afinal de contas, responsáveis pela única possibilidade de acesso à educação de qualidade da classe baixa, dos desassistidos, dos discriminados, dos que ninguém acredita, dos que estão morrendo em maior número na

pandemia. Por isso, desde abril de 2020, seguíamos atentos e fortes para que nossos estudantes alcancem igualdade de condições na disputa com os estudantes da rede particular e vínhamos nos esforçando para manter um vínculo pedagógico, mesmo que de maneira remota e com todas as limitações que a distância nos impôs. Foi um ano difícil, e muitas dessas dificuldades vieram diretamente da situação de pandemia que continuamos a enfrentar. Mas nem todas.

Muitas e muitos de vocês devem se lembrar da plataforma Hub Educacional, contratada pelo poder público com o custo aproximado de dois milhões de reais[1] para servir como um espaço pedagógico e facilitar as interações didáticas excepcionais enquanto as aulas presenciais permanecessem suspensas. Devem se lembrar também dos inúmeros problemas que essa mesma plataforma enfrentava e de como ela foi, ao fim e ao cabo, completamente inútil. Por conta dessa inutilidade, nós, corpo docente da rede municipal de Maricá, vínhamos desde o começo da pandemia nos reinventando a cada semana. Testamos e seguimos testando grupos de whatsapp, canais no YouTube, videochamadas por diferentes aplicativos, formulários de atividades virtuais... Enfim, inúmeras ferramentas que, se têm seu lugar no processo pedagógico, e um lugar realmente importante, ainda assim não estão adaptadas e nem são suficientes para possibilitar uma educação remota que respeite e leve em conta os limites e dificuldades do momento.

O ano de 2021 começou com um novo contrato e a promessa de um novo ambiente virtual - o Conecta Maricá. No entanto, e imagino que vocês possam perceber isso diretamente no cotidiano de estudos de seus filhos e filhas, deparamo-nos com mais uma plataforma carregada de falhas e insuficiências, sendo a mais básica dela talvez a mais brutal e cruel: nossas alunas e nossos alunos simplesmente não conseguem acessá-la. Ou, quando a acessam, não conseguem se manter nas salas de aula virtuais. Ou, quando se mantêm, não conseguem escutar as aulas, não conseguem visualizar o material didático postado, não conseguem postar respostas para as atividades etc etc etc.

[1] Conforme informações do Portal da Transparência da Prefeitura de Maricá.
Processo 6852/2020: http://ecidadeonline.marica.rj.gov.br/e-cidade_transparencia_inte/despesas/consultas?tipo=dadoEmpenho&id=16394&ano=2020

A verdade é que continuamos, tanto professores quanto estudantes, sem qualquer apoio efetivo da Secretaria de Educação. Utilizamos nossos equipamentos e espaços domésticos, trabalhando ainda sem uma plataforma funcional oficial, expomos nossos dados pessoais e nos frustramos com nossa conexão à internet, muitas vezes limitada, procurando, mesmo com condições de trabalho e de estudos precárias, produzir juntas e juntos uma educação verdadeiramente transformadora e emancipatória. Nossa carga horária é hoje triplicada, sem sua devida remuneração, e alguns professores até se sentiram na obrigação de contratar um plano de internet de melhor qualidade, aumentando seu custo, sem nenhum auxílio da SE. Tampouco temos auxílio da SE para nossa alimentação e para o gasto a mais de energia por conta do trabalho em casa.

Mas essa situação não pode ser normalizada, especialmente quando os problemas começam a se acumular e ameaçam as próprias possibilidades de recuperar e resolver os danos causados pela pandemia. Com tantos estudantes com acesso limitado ou nenhum à internet, com tantos docentes com acesso à internet e equipamentos limitados, com a falta de livros didáticos que, desde o ano passado, nos exigiu que passássemos a produzir material didático do zero e com os casos cada vez mais numerosos de invasão de aulas virtuais, estamos cada vez mais próximos de nossos limites físicos e mentais. Além disso, a decisão da Secretaria de Educação pelo retorno presencial em modelo híbrido nos coloca em constante tensão e ansiedade, uma vez que nossa escola, ainda em processo de obras - uma obra que, aliás, já dura mais de três anos e apresenta diversos problemas estruturais -, dificilmente poderá oferecer os cuidados necessários para um retorno minimamente seguro. Ainda que a gestão da Clério se dedique ao máximo para garantir a segurança de estudantes e docentes, na prática, essa segurança é sempre insuficiente e ilusória, já que, sem a devida imunização e sabendo que diversas pessoas se deslocam de outros municípios para Maricá através de transporte público, o risco de contágio é uma cruel realidade. A parte "à distância" do modelo híbrido também se encontra

seriamente comprometida, já que a conexão à internet oferecida pela Secretaria às escolas é seriamente limitada e de baixa qualidade, os equipamentos disponíveis são lentos, antigos e em quantidades insuficientes para que ocorram aulas presenciais-virtuais ao mesmo tempo. A verdade é que, com a desculpa de "salvar a educação" sacrificando vidas, estamos apenas nos expondo e nos arriscando por um processo educacional que, por mais absurdo que pareça à primeira vista, tem menos qualidade do que o atual ensino remoto!

Para piorar, além dos problemas acima expostos que corroem nossa saúde e a qualidade de nosso ensino, além da falta de diálogo e transparência da Secretaria de Educação para que pudéssemos buscar respostas e soluções de forma coletiva, somos ainda surpreendidos com projetos de mascaramento dos dados sobre a educação de nosso município. Novamente de forma unilateral, e com total desrespeito à natureza deste exame nacional, a Secretaria de Educação decidiu exigir das escolas que preparassem seu corpo discente para o SAEB. Acontece, no entanto, que esse exame não é um vestibular: sua realização deve diagnosticar o atual estado da educação pública e gerar dados para direcionar nossas práticas pedagógicas no futuro. Demandar que treinemos nossas alunas e alunos para uma prova como essa, inclusive com a realização de simulados, é uma forma cruel de distorcer o atual estado de nossa rede municipal de ensino, escondendo seus problemas e, pior, impedindo que tenhamos dados confiáveis para melhorá-la no futuro.

Pelos motivos acima apresentados, exigimos:

1.Uma Secretaria de Educação que esteja realmente disposta a escutar e a buscar soluções para nossos problemas coletivamente com o corpo docente e a nos incluir nos processos de planejamento do ano letivo;

2. Livros didáticos e material didático impresso disponibilizados a toda a comunidade escolar;

3. Democratização do acesso à internet tanto de docentes quanto de discentes, com auxílio para a contratação de planos de internet, melhor infraestrutura para o trabalho educativo e gestão participativa;

4. Transparência e agilidade no calendário de vacinação do município, não apenas do corpo docente, mas de toda a comunidade escolar;

5. Respeito às normas sanitárias de segurança e à produção científica de qualidade de nosso país, já tão atacada e difamada, com a garantia de que o retorno presencial só se dará após imunização, com duas doses, da comunidade escolar (profissionais da educação e seu núcleo familiar, pessoal da secretaria, da cozinha, da limpeza, monitoria etc., bem como o núcleo familiar de cada estudante que pretenda frequentar as aulas presenciais).

Assim, a catástrofe e a precariedade não se transformarão em norma, em cotidiano.

Portanto, caras e caros responsáveis, percebam que uma educação de qualidade para nossas crianças depende de que vocês estejam ao nosso lado na luta por vacinação e condições dignas de trabalho!

Abraços fraternos,

Comissão pela Vida da E. M. Clério Boechat de Oliveira

No dia de divulgação desta carta, 22 de junho de 2021, constam como integrantes da comissão ***26 profissionais da educação*** *de nossa escola.*